

# II CONGRESSO NACIONAL GROQUIFAR

27 Outubro 2016 | Hotel Tivoli Oriente, Lisboa

## O Tratamento Fiscal das Embalagens de Produtos Químicos

Paulo Oliveira | Tax Partner  
[paulo.oliveira@bdo.pt](mailto:paulo.oliveira@bdo.pt)



## 1. Embalagens Retornáveis

*(Procedimentos a adotar na tributação em IVA das embalagens retornáveis)*

## 2. Resíduos de Embalagens

*(Regime especial de tributação dos resíduos e ou desperdícios mencionados no anexo E ao Código do IVA)*

## 3. Transporte de Embalagens Retornáveis

*(Regime dos Bens em Circulação)*

## 4. Transporte de Resíduos

*(Regime dos Bens em Circulação)*

# Embalagens Retornáveis

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Procedimentos a adotar na tributação das embalagens retornáveis.

*(Artigo 16º, nº 6, alínea d) e parte final da alínea b) do nº 5 do artigo 36º, ambos do CIVA)*

1. As importâncias recebidas a título de depósito (caução) das embalagens retornáveis, não serão tidas em consideração no cálculo do valor tributável dos produtos que acondicionam, se:
  - O fornecedor não as tiver efetivamente transacionado, isto é, não as considera vendidas e em consequência não releva contabilisticamente tal operação como venda; e
  - Na fatura essas quantias forem objeto de uma indicação separada, sendo expressamente mencionado de que foi acordada a devolução das embalagens.

A ausência de retorno das embalagens (por parte dos clientes), nos prazos e nas condições acordadas, determina que se considerem efetivamente vendidas e como tal tributadas, implicando que se deva relevar contabilisticamente a operação.

# Embalagens Retornáveis

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Procedimentos a adotar na tributação das embalagens retornáveis.

*(Artigo 16º, nº 6, alínea d) e parte final da alínea b) do nº 5 do artigo 36º, ambos do CIVA)*

2. O fornecedor liquida IVA sobre as importâncias recebidas dos clientes pela entrega das embalagens, como se tratasse de uma transação efetiva:
  - O fornecedor releva contabilisticamente tal operação como venda; e
  - Não se torna exigível qualquer menção na fatura de que foi acordada a respetiva devolução.

A restituição ao cliente das importâncias recebidas, no momento em que forem devolvidas (no todo ou em parte) as embalagens transacionadas, originará a correspondente retificação do imposto anteriormente liquidado, que será efetuada nos termos previstos no artigo 78º, nº 2, do CIVA.

# Embalagens Retornáveis

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Procedimentos a adotar na tributação das embalagens retornáveis.

*(Artigo 16º, nº 6, alínea d) e parte final da alínea b) do nº 5 do artigo 36º, ambos do CIVA)*

### Regularização do artigo 78º, nº 2, do CIVA

*(Redução ou anulação da operação - Devolução das embalagens)*

- Entre a data da fatura e o momento da regularização, **podem decorrer até 4 anos.**
- No entanto, ocorrendo o facto que originou a redução, o fornecedor, caso pretenda efetuar a regularização, terá de fazê-la no período de imposto em que esses fatos ocorrerem, ou, o mais tardar, no seguinte.

# Resíduos de Embalagens

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Regime especial de tributação dos resíduos e ou desperdícios mencionados no anexo E ao Código do IVA

*(Artigo 2º, nº 1, alínea i) e Anexo E, ambos do CIVA)*

Para que haja lugar à aplicação das regras especiais de tributação, ou seja, à inversão do sujeito passivo estabelecida na alínea i) do nº 1 do artigo 2º do CIVA, é necessário que:

- O adquirente dos bens/serviços seja um sujeito passivo de imposto, com direito à dedução total ou parcial, independentemente da atividade exercida; e
- Se verifique que os bens, objeto de transmissão ou de prestação de serviços sobre eles efetuada, constituam "desperdícios, resíduos ou sucatas" enquadráveis em qualquer das alíneas que compõem o Anexo E e, simultaneamente, **cumpram com a condição essencial de serem recicláveis.**

# Resíduos de Embalagens

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Regime especial de tributação dos resíduos e ou desperdícios mencionados no anexo E ao Código do IVA

*(Artigo 2º, nº 1, alínea i) e Anexo E, ambos do CIVA)*

- Não existindo um serviço de transformação com vista à reciclagem, isto é, tratando-se da destruição simples de resíduos, sem qualquer aproveitamento posterior, não produzindo qualquer outro produto, não tem aquela prestação de serviços enquadramento no referido anexo E.
- Como tal, não há lugar à aplicação da regra de inversão, pelo que, o prestador dos correspondentes serviços deve proceder à liquidação do imposto que se mostre devido.

# Resíduos de Embalagens

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Regime especial de tributação dos resíduos e ou desperdícios mencionados no anexo E ao Código do IVA

*(Artigo 2º, nº 1, alínea i) e Anexo E, ambos do CIVA)*

#### ANEXO E

**Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º**

- a) Transmissões de resíduos ferrosos e não ferrosos, sucata e materiais usados, nomeadamente de produtos semiacabados resultantes do processamento, manufactura ou fusão de metais ferrosos e não ferrosos e suas ligas.
- b) Transmissões de produtos ferrosos e não ferrosos semitransformados e prestações de certos serviços de transformação associados.
- c) Transmissões de resíduos e outros materiais recicláveis constituídos por metais ferrosos e não ferrosos, suas ligas, escórias, cinzas, escamas e resíduos industriais que contenham metais ou as suas ligas, bem como prestações de serviços que consistam na triagem, corte, fragmentação ou prensagem desses produtos.



# Resíduos de Embalagens

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Regime especial de tributação dos resíduos e ou desperdícios mencionados no anexo E ao Código do IVA

*(Artigo 2º, nº 1, alínea i) e Anexo E, ambos do CIVA)*

d) Transmissões, assim como prestações de certos serviços de transformação conexos, de resíduos ferrosos e não ferrosos, bem como de aparas, sucata, resíduos e materiais usados e recicláveis que consistam em pó de vidro, vidro, papel, cartão, trapos, ossos, couro, couro artificial, pergaminho, peles em bruto, tendões e nervos, cordéis, cordas, cabos, borracha e plástico.

e) Transmissões dos materiais referidos no presente anexo após transformação sob a forma de limpeza, polimento, triagem, corte, fragmentação, prensagem ou fundição em lingotes.

f) Transmissões de sucata e resíduos resultantes da transformação de materiais de base.

# Resíduos de Embalagens

## Imposto sobre o Valor Acrescentado

### Regime especial de tributação dos resíduos e ou desperdícios mencionados no anexo E ao Código do IVA

*(Artigo 2º, nº 1, alínea i) e Anexo E, ambos do CIVA)*

- **A venda dos produtos reciclados** (desperdícios de plástico transformados em granulado) é sujeita a tributação pelas **regras gerais** estabelecidas no Código do IVA, porque, não constituindo desperdícios, resíduos ou sucatas recicláveis, não se encontram abrangidos pela regra de inversão.
- Ainda que se trate de produtos enquadráveis no Anexo E ao Código do IVA, os granulados de plástico assumem a forma de produto transformado, sendo um produto não reciclável e, como tal, vendido a indústrias de transformação, pelo que a sua venda não se encontra abrangida pela regra de inversão

# Transporte de Embalagens Retornáveis

## Regime dos Bens em Circulação

### Bens não sujeitos a DT

O transporte de taras e embalagens retornáveis está dispensado da emissão de um Documento de Transporte (DT)

### Prova da proveniência e destino

Relativamente aos bens não sujeitos à obrigatoriedade de DT, sempre que existam dúvidas sobre a legalidade da sua circulação, pode exigir-se prova da sua proveniência e destino.

A prova pode ser feita mediante a apresentação de qualquer documento comprovativo da natureza e quantidade dos bens, sua proveniência e destino.

# Transporte de Resíduos

## Regime dos Bens em Circulação

### Resíduos sólidos urbanos

Resíduos Sólidos Urbanos não estão sujeitos a DT, desde que provenientes das recolhas efetuadas pelas entidades competentes ou por empresas a prestarem o mesmo serviço.

Entende-se por resíduos urbanos, aqueles provenientes de resíduos domésticos ou semelhantes, incluindo de empresas de serviços ou de estabelecimentos comerciais.

### Resíduos sólidos industriais, hospitalares outros não urbanos

O transporte de resíduos sólidos poderá estar obrigado a ser acompanhado por um DT, quando se trate de resíduos sólidos industriais, hospitalares, ou outros não urbanos, ou ainda, quando se trate de resíduos sólidos urbanos transportados por entidades que não aquelas competentes (empresas municipais) ou por empresa que não estejam a prestar o serviço de recolha desses resíduos (serviços concessionados).



### Lisboa

Av. República, 50, 8º  
1069-211 Lisboa

T +351217990420

Fx +351217990439

Mail: bdo@bdo.pt

### Porto

Rua S. João Brito, 605E, 3.2  
4100-455 Porto

T +351226166140

Fx +351226166149

Mail: bdo.porto@bdo.pt

### Faro

Av. 5 de Outubro, 14, 2º  
8000-076 Faro

T +351289880820

Fx +351289880829

Mail: bdo.faro@bdo.pt

### Funchal

Rua dos Aranhas, 5, r/c  
9000-044 Funchal

T +351291213370

Fx +351291213399

Mail: bdo.funchal@bdo.pt

### Praia

Av. Andrade Corvo, 30, r/c  
C.P. 63 Praia - Cabo Verde

T +2382613208

Fx +2382613209

Mail: bdo@bdo.cv

Site: www.bdo.cv

### Luanda

Rua Fernão Mendes Pinto, 51 a 53  
Bairro de Alvalade

Luanda - Angola

T +244929 589 050

Mail: rui.meireles@bdo.co.ao

Site: www.bdo.co.ao